



Nas Veredas da Opinião, o Jornalismo: Uma Análise do Jornal *O Povo* (1838-1840)¹

Camila Garcia KIELING²
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RESUMO

O período regencial brasileiro (1831-1840) foi marcado por uma verdadeira “explosão da palavra pública”, nas palavras de Morel (2003). A abdicação de D. Pedro I inaugura um período de embate entre forças políticas, em disputas que ocorreram também através dos jornais. Mas essa explosão provoca mudanças no campo da imprensa: o publicista transforma-se em jornalista e atributos como valor-notícia e imparcialidade aparecem como valores da escrita pública. Procuramos analisar de que forma o papel do jornalista e da imprensa são apresentados no discurso do jornal *O Povo*, órgão oficial da República Rio-Grandense, publicado durante a Revolução Farroupilha (1838-1840).

PALAVRAS-CHAVE: história da imprensa no Brasil; jornalismo; valor-notícia; imparcialidade; análise do discurso.

Ao mesmo tempo fascinado por ela e seu crítico mordaz, o escritor Honoré de Balzac deixou em seus escritos um relato apaixonado, mas contundente, sobre a imprensa francesa moderna. Lá, o jornalismo desabrochou de forma progressiva durante a Restauração da monarquia (1814-1830), após a queda de Napoleão Bonaparte, e culminou com as revoluções de 1830, que aconteceram na Europa como um todo e provocaram reflexos na opinião pública e nos caminhos políticos do Brasil. Em 1836, Émile de Girardin lança o jornal *La Presse* e inova a forma de viabilizar financeiramente o jornalismo, ao diminuir pela metade o valor da assinatura para aumentar a circulação do jornal e, conseqüentemente, ganhar mais dinheiro com publicidade e anúncios. De acordo com a nota da edição francesa de *Os jornalistas*, esses fatores levam a imprensa a um salto não só quantitativo, mas também permitiram-lhe:

[...] exercer uma influência que ela jamais havia conhecido anteriormente. Os jornalistas, verdadeiros *reizinhos* adulados, fazem tremer os governos, fazem e desfazem as reputações, suscitam invejas e rancores. E, mais frequentemente do que se imagina, transformam sua influência em vantagens materiais da forma mais abjeta (2004, p. 18 – grifo no original).

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Comunicação da Famecos/PUCRS, e-mail: camila.kieling@gmail.com.



Ao analisar o comportamento dos jornalistas da primeira metade do século XIX, Balzac (2004) cataloga-os como um botânico, separando os tipos em “gêneros”, “sub-gêneros” e “variedades”. Usa o termo *publicistas* para caracterizar o “primeiro gênero” de homens que compõem as redações, definindo-os da seguinte forma:

Publicista, este nome outrora atribuído aos grandes escritores como Grotius, Puffendorf, Bodin, Montesquieu, Blackstone, Bentham, Mably, Savary, Smith, Rousseau, tornou-se o de todos os escrivinhadores que *fazem* política. De generalizador sublime, de profeta, de pastor de ideias que era outrora, o Publicista é agora um homem ocupado com os compassos flutuantes da Atualidade. Se alguma espinha aparece na superfície do corpo político, o Publicista a coça, a desdobra, a faz sangrar e tira dela um livro que, quase sempre, é uma mistificação. O publicismo era um grande espelho concêntrico: os publicistas de hoje o quebraram e têm todos um pedaço que eles fazem brilhar aos olhos da multidão (2004, p. 31).

O grande espelho concêntrico que foi quebrado pelos “novos publicistas” pode ser entendido como uma metáfora das transformações que aconteciam na sociedade francesa da época e também pode ser comparada, *mutatis mutandis*, com as agitações do período regencial brasileiro. Se, antes, apenas os grandes “generalizadores sublimes” tinham a palavra, a imprensa torna pública a expressão de diferentes visões políticas, “os compassos flutuantes da Atualidade”, o que não ocorre sem conflitos.

José Marques de Melo (2006), ao abordar a questão da objetividade jornalística, explica que ela se faz presente desde o momento em que o jornalismo adquiriu autonomia social, processo que se deu com as revoluções burguesas na Europa e com a Independência Americana. A ideia de que todos os homens pudessem ter acesso às informações e também tornarem-se seus divulgadores foi um importante passo para as noções de liberdade individual e de democracia. A famosa primeira emenda à Constituição Americana, de 1791, afirma: “O congresso [...] não limitará a liberdade de palavra nem de imprensa”. O artigo 11 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789 pela Assembleia Nacional Constituinte da França, também declara: “A livre comunicação de ideias e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem. Todos os cidadãos podem, dessa forma, falar, escrever e imprimir com liberdade”.

A comunicação social massiva está relacionada, então, com o processo de urbanização acelerado durante o século XIX (HOHLFELDT, 2002). Nesse primeiro momento, a prática do jornalismo na Europa assume duas características distintas: na França, predominou a face *opinativa* e, na Inglaterra, firmou-se um jornalismo *objetivo*



(MELO, 2006). Na matriz inglesa, fincou-se a noção de que os fatos são sagrados e que os jornais e jornalistas têm o dever de primar pela fidedignidade, exatidão e precisão na narrativa dos mesmos. A opinião pode existir, desde que em um espaço demarcado no jornal (MELO, 2006).

Com o passar do tempo, ambas as vertentes, francesa a inglesa, sofreram mutações. O jornalismo pasquineiro, repleto de adjetivos e com linguagem virulenta foi a grande influência dos primeiros jornais brasileiros. Mas a matriz objetiva acabou se sobrepondo e deu origem à grande imprensa diária que conhecemos hoje, onde informação e opinião pretendem ter seus espaços delimitados.

Assim, podemos afirmar que um dos impulsos iniciais da atividade jornalística foram as disputas políticas, e na Província de São Pedro, não ocorreu diferente. O processo de independência e a consolidação do Estado Nacional brasileiro foi combustível para a solidificação e a diversificação das publicações no Brasil. Os grupos políticos passam a perceber e a utilizar a relação entre os periódicos e a opinião pública, fomentando a atividade. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o primeiro jornal, *O Diário de Porto Alegre*, surge em 1827, patrocinado pelo presidente da Província, Salvador José Maciel e, de acordo com Francisco Rüdiger (1998), “a folha constituía no máximo um boletim oficial, que servia basicamente à publicidade governamental e à publicação dos atos da administração”. Para este autor, a doutrina e a opinião foram preponderantes na imprensa desde seu nascimento até a década de 30 do século XX, o que retardou, até essa data, a formação de um estatuto próprio para os jornalistas e jornais. Eles só conquistaram uma autonomia do processo político ao integrarem-se ao processo capitalista, ou seja, quando as redações tornaram-se verdadeiras empresas, com caráter lucrativo.

Assim, para fundamentar seu estudo sobre a história do jornalismo sul-riograndense, Rüdiger (1998) tensiona, apoiando-se em Habermas, as concepções marxista e weberiana sobre a imprensa. A primeira a considera um produto direto do capitalismo; a segunda, um instrumento no processo de construção do Estado moderno. “Habermas, aparentemente, combinou as duas concepções no clássico *Mudança estrutural da esfera pública* (1962)” (p. 14), ao afirmar que tanto a revolução comercial quanto a ascensão da sociedade burguesa foram influências decisivas para a publicação sistemática de informações.

De forma que o Estado, com o intuito de se comunicar com a classe ascendente, foi o patrocinador dos primeiros jornais, gerando um processo de



politização da burguesia que fomentou o desenvolvimento de “[...] uma imprensa crítica e independente que, no contexto mais geral de formação do capitalismo industrial, acabaria sendo peça essencial no ciclo das revoluções burguesas” (RÜDIGER, 1998, p. 14). No Brasil, o nascimento da imprensa ocorre sob esse mesmo modelo, ou seja, através da promoção do Estado, em 1808, com a chegada de D. João VI ao país, que passa a publicar, em setembro desse mesmo ano, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Mas o título de primeiro jornal do Brasil é do *Correio Brasiliense*, editado por Hipólito José da Costa, em Londres, e lançado em 1º de junho de 1808. Este é objeto de diferentes interpretações entre os estudiosos da imprensa brasileira. É importante salientar que, nesse momento, e até 1821, quando Dom Pedro I decreta o fim da censura prévia, o uso da tipografia era uma prerrogativa oficial do Estado, o que justifica a sede inglesa do *Correio*. A título de ilustração, destacamos aqui as visões de Sodré (1999) e Bahia (1990) sobre nossos periódicos de estreia. Para o primeiro autor, o *Correio Brasiliense* representava o ponto de vista da burguesia inglesa (SODRÉ, 1999):

Representavam [refere-se ao *Correio* e à *Gazeta*], sem a menor dúvida, tipos diversos de periodismo: a *Gazeta* era embrião de jornal, com periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo; o *Correio* era brochura de mais de cem páginas, geralmente, 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, preço muito mais alto.

[...]

Trata-se [referindo-se especificamente ao *Correio*], assim, de uma finalidade moralizadora e não modificadora, ética e não revolucionária (p. 22-23).

Bahia (1990) revela uma visão divergente de Sodré:

[...] durante quase quinze anos, Hipólito da Costa edita o *Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, em Londres, onde vive como exilado. Seu jornal é moderno, dinâmico, crítico. Mensário, impõe-se pela opinião e pela informação política. Costa tornou-se patrono da imprensa brasileira (p. 9).

[...]

[...] a *Gazeta* vai publicando intermináveis relatos dos sucessos nas frentes portuguesa e espanhola, relacionando cansativos feitos dos “valerosos” soldados de Sua Majestade, pouco se dando à vida local, enquanto o *Correio Brasiliense* exprime uma aguda visão crítica dos fatos políticos, econômicos e sociais que envolvem o Brasil (p. 14).

Essas amostras são indício das diferentes interpretações às quais a imprensa oitocentista no Brasil dá a ler, o que provoca uma pergunta essencial para os pesquisadores: o discurso oficial, ou político, ou opinativo, ou publicista desses jornais



impediu que neles se manifestassem elementos do cotidiano da sociedade em que estavam inseridos? No nosso entendimento, não.

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Rüdiger (1998, p. 18-19) informa que, no curto espaço de oito anos, entre o aparecimento *do Diário de Porto Alegre*, em 1827, e o início da Revolução Farroupilha, em 1835, foram lançados 32 jornais. De forma generalizada, esses periódicos caracterizavam-se por um tamanho pequeno (28 X 18 cm), tiragem em torno de 400 exemplares, circulação de duas a três vezes por semana, e venda feita através de assinaturas ou direto na tipografia. O conteúdo dos jornais era eminentemente político-partidário e de linguagem “[...] extremamente virulenta, não poupando ideias, nem pessoas” (p. 18).

O autor informa que os homens de imprensa da época não são propriamente os políticos, mas os donos de tipografia, que reuniam múltiplas funções (muitas vezes, *todas* as funções) na feitura dos jornais. Alves (2000) traz outros detalhes da figura que comandava a produção dos impressos:

Os escritores públicos responsabilizavam-se por praticamente todas as tarefas ligadas à elaboração dos periódicos, já que redigiam a notícia, selecionavam a transcrição, revisavam as provas, gerenciavam a tesouraria e a distribuição da folha e, em alguns casos, faziam mesmo, às vezes de tipógrafo, no intento de manter acesa a flama jornalística que acompanhava as disputas políticas (ALVES, 2000, p. 19-20).

Os jornalistas (ou *escritores públicos*, ou *publicistas*) movimentavam-se de acordo com oportunidades de negócio, sem ter ligação política definitiva:

De fato, esses homens, como seu próprio tempo, não tinham um conceito preciso de jornalismo, restringiam sua atividade à direção dos periódicos, confundiam as práticas editoriais com prestação de serviços gráficos e assim reduziam o periodismo à transmissão de conteúdos com os quais propriamente não tinham preocupação (RÜDIGER, 1998, p. 22).

Baseando-nos nas características apontadas pelos autores, podemos afirmar que parte da historiografia não concede à imprensa oitocentista o estatuto de *jornalismo*, assentando-o na noção de *literatura pública*; e nem o título de *jornalista* aos que a elaboraram, prevalecendo as noções de *publicista* ou *escritor público*.

Essa abordagem apontou aspectos importantes da imprensa oitocentista, ao relacionar sua estreita vinculação com os modos de produção econômica e fazeres políticos da época. Sem negar a precariedade técnica e nem o conteúdo eminentemente



político desses jornais, parece-nos que a leitura da imprensa oitocentista, de forma menos generalizada, pode levar a um novo tensionamento da abordagem do tema. Nesse sentido, o pesquisador admite que os jornais eram, sim, “tribunas ampliadas”, na expressão de Benjamin Constant (BAHIA, 1990, p. 36), mas conectados com a realidade social cotidiana na qual eram produzidos.

O lugar da imprensa foi privilegiado nas discussões sobre os rumos da nação durante o período regencial. Como indica a análise de Basile (2006), a virulência da linguagem e a firmeza das posições políticas dos diferentes grupos que se manifestaram através da imprensa não foram capazes de calar uma vontade de integração nacional e de reconhecimento e compartilhamento da heterogeneidade da nação brasileira.

A imprensa, como fonte de conhecimento, vem sendo abordada de diferentes formas pelo campo científico. Passou de matriz da verdade à falsificadora da mesma: em um momento de cunho historicista ou positivista da historiografia, os periódicos foram tratados como fontes privilegiadas, por constituírem uma porta de acesso do pesquisador à “verdade”. Mais tarde, os estudos críticos enxergaram nos jornais a questão ideológica e suas imbricações socioeconômicas, abordando-os como reflexo de uma infraestrutura e “falsificadores da verdade” (MOREL e BARROS, 2003, p. 8). Na atualidade, ocorre a renovação da importância da imprensa como referencial interativo na complexidade de um contexto (MOREL e BARROS, 2003). Ela passa a “ser considerada fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples ‘reflexo’” (p. 9). As pesquisas renovam, então, o *modo de ler* os periódicos e sua relação com o contexto.

O Povo foi primeiro periódico oficial da República Rio-Grandense, o governo que dominou parte do território da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre 11 de setembro de 1836 e 1º de março de 1845, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), conflito que surge no contexto de diferentes revoltas das províncias periféricas durante o período regencial, que tem começo com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. A renúncia do monarca, que havia proclamado a independência do país nove anos antes, em 7 de setembro de 1822, foi o ato extremo resultado de uma série de fatores, entre eles a inflação e o aumento no custo de vida que colocaram elites, classe média e o povo em geral do mesmo lado.

Com a renúncia, os interesses se dividiam sobre como dar continuidade ao



processo político no Brasil: “Havia basicamente três respostas [para a revolução]: negar (absolutistas ou ultramonarquistas), completar e encerrar (vertente conservadora do liberalismo) e continuar (vertente revolucionária do liberalismo)” (MOREL, 2003, p. 21). Três partidos disputavam o poder: Partido Restaurador (ou Caramuru), que defendia a volta de D. Pedro I e a instalação do absolutismo; Partido Liberal Moderado (Chimango), representante da aristocracia rural, que defendia a monarquia escravista, ou seja, o liberalismo moderado das elites; e o Partido Liberal Exaltado (Jurujubas ou Farroupilhas), que propunha de forma mais veemente a liberdade das províncias (SILVA, 1992).

O confronto entre farrapos e legalistas deu-se para além dos campos de batalha, refletindo-se também nos jornais. Apesar de incipiente (o primeiro jornal da província, o *Diário de Porto Alegre*, data de 1827), a imprensa sul-rio-grandense também representou a grande agitação política do período regencial brasileiro: “As publicações periódicas serviam então às duas causas em conflito, pois tanto farroupilhas quanto legalistas organizaram uma série de periódicos através dos quais defendiam suas ideias e atacavam-se mutuamente” (ALVES, 2000, p.19).

O Povo foi o mais longo periódico oficial da República Rio-Grandense. Circulou entre 1838 e 1840, e começou a ser editado na cidade de Piratini, somando 160 edições. Os equipamentos necessários para a impressão foram comprados pelo Ministro da Fazenda Domingos José de Almeida, com o produto da venda de 17 escravos (HARTMANN, 2002). O primeiro redator d’*O Povo* foi Luiz Rossetti, um italiano refugiado no Brasil, partidário do movimento Jovem Itália, que pretendia a unificação de seu país. De acordo com Riopardense de Macedo (1994), o italiano ajudou a produzir uma “propaganda republicana de bom nível que já ensaiava críticas aos processos próprios da burguesia” (p. 7).

Para analisar o *status* midiático do jornal *O Povo*, utilizamos como aporte teórico a Sociologia Fenomenológica (CORREIA, 2005; SCHUTZ, 1979) e, como técnica, a Análise do Discurso (CHARAUDEAU, 2006 e 2008)³.

Sob essa perspectiva, é preciso procurar de onde surge o sistema de *relevâncias*⁴ apresentado no periódico. Correia (2005) aponta que o *valor-notícia* reflete

³ Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos em nossa dissertação de Mestrado. Para um maior aprofundamento nos aportes teóricos citados aqui, ver KIELING, Camila Garcia. **Entre a lança e prensa: conhecimento e realidade no discurso do jornal O Povo (1838-1940)**. 2010. 292 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.



“a intersecção entre o sistema de relevâncias vigente na redação, no grupo profissional e no mundo da vida em que estão inseridos” (CORREIA, 2005, p. 128).

No caso do nosso objeto, o *valor-notícia* deve ser relativizado a partir da noção de *poder*, presente no contexto social, político e econômico no qual o periódico estava inserido, e também no seu próprio discurso, já que tratamos de um jornal anterior à perspectiva de empresa capitalista. Charaudeau (2006) afirma que a relação das mídias com a opinião pública não deve ser encarada de forma simplista, verticalizada, pois, para que isso acontecesse, o discurso midiático deveria ter valor de sanção jurídica ou de consagração religiosa. O autor sustenta, ainda, que a diferença entre o discurso político e o midiático é sua colocação numa posição contra o poder e a manipulação.

No caso d’*O Povo*, a situação é particularmente delicada, capciosa. Por um lado, ele representa um governo, a República Rio-Grandense, e uma posição política bastante clara, que se manifesta na defesa do sistema republicano e das doutrinas liberais. Dentre os meios de lutar por esses ideais está a publicação do jornal que, já na sua carta de apresentação, deixa claro que pode utilizar do expediente de “excluir de nossas colunas qualquer correspondência, ou comunicado, que não esteja em perfeita harmonia com nossas doutrinas” (*O Povo*, n.1, p. 1.) Assim, *O Povo* estabelece, logo na primeira página, uma cláusula das mais eminentes em seu *contrato* com o leitor: trata-se de um jornal do movimento farroupilha, que defende certos ideais e que se exime de publicar textos contrários aos seus princípios. Nesse sentido, *O Povo* age a favor do poder (a República Rio-Grandense), discrimina a informação e constituiu um discurso *político*.

Por outro lado, em um contexto maior, os republicanos rio-grandenses eram um grupo que lutava com outro ainda mais poderoso: os governantes do Império brasileiro. Esta situação coloca *O Povo* em um hiato do poder: podia, teoricamente, tudo dentro de seus limites; mas não representava nada logo ao lado, em Porto Alegre, Rio Grande, São José do Norte e outras localidades que não aderiram à República e que, até o fim da batalha, não reconheceram sua legitimidade. Por isso, foi constantemente obrigado a cruzar suas *províncias de significado* com as do inimigo, colocando-se contra o poder e a manipulação, e fora de si, no leitor imparcial, o juízo final sobre os fatos.

⁴ “A relevância diz respeito à atenção seletiva pela qual estabelecemos os problemas a serem solucionados pelo nosso pensamento e os objetivos a serem atingidos pelas nossas ações” (SCHUTZ apud CORREIA, 2005, p. 100).



Assim, entendemos que o sistema de *relevâncias* do jornal *O Povo* deriva da intersecção entre as *relevâncias* do governo da República Rio-grandense, dos redatores do jornal, de seus leitores, de seus opositores e de todo um universo de periódicos contemporâneos. O movimento da guerra provocou uma série de questionamentos na *atitude natural* dos cidadãos da República Rio-Grandense: o posicionamento político, a questão do cumprimento das leis, os símbolos pátrios, a moral e os costumes, as relações sociais. Mesmo que a *realidade* não tenha sido modificada, o *conhecimento* que se tinha sobre ela foi tema de debate.

Assim, a definição do que era novidade, de um acontecimento, ou em última análise, de uma notícia, passava pelas necessidades administrativas da República, na iminência de comunicar-se com os municípios (a função ministerial do jornal), pela propaganda política, pela necessidade de desmentir o inimigo, pelas manifestações dos leitores através das correspondências, pela atribuição educacional dada pelos republicanos ao periódico, além, é claro, das limitações de tempo e espaço do *dispositivo*.

Assim, o discurso presente no jornal *O Povo* é um universo construído, mas não apenas pelo seu viés ideológico fortemente marcado e, sim, por uma perspectiva de *produção de sentido*, de acordo com os princípios marcados por Charaudau (2006): estabelecimento de um vínculo social de modo organizado, através de um *contrato comunicacional*; concorrência com outras publicações; *tomada de uma posição* sobre a maneira de tratar a informação.

O Povo não deixa de se conectar com sua realidade social e nem de se chocar com significados dissonantes porque tem um referencial ideológico claro. Referiu, à sua maneira, acontecimentos em diferentes províncias do Império e até mesmo de outros continentes; superando as dificuldades tecnológicas, reproduziu argumentos de periódicos contrários à sua própria causa e revelou intensa leitura de seus contemporâneos. Por um lado, sua tomada de posição na maneira de tratar as informações pode ser considerada honesta. Por outro, fica evidente que a insistência em determinados pontos de vista empobrece a discussão travada em suas páginas.

Entendemos, pelo discurso do jornal *O Povo*, que havia, naquela época, algumas expectativas em relação à atuação do *jornalista* e ao papel da imprensa. O “Prospecto”, texto de apresentação da publicação, traz algumas informações sobre o que se deveria esperar de um bom escritor público:



O ofício de jornalista hoje em dia, por culpa de muitos, suspeito e merecidamente em parte infamado, é ofício santíssimo quando exercido retamente e não se desvia da sublime e luminosa carreira que os novos destinos a humanidade lhes confiam.

Aquele que se propõe a escrever para um Povo, e mais particularmente para um Povo que está para surgir à nova vida, tem que assumir o caráter do sacerdócio; e para que a voz dele soe venerada e clara entre as multidões, deve, como a do intérprete de Deus, ser forte, pura e solene. O jornalista, enfim, para não ser inferior nem a sua missão, nem a nossa época, deve ser essencialmente *Educador*.

[...]

E agora perguntamo-nos: todos esses jornais sem vida, e sem alvo, a não ser aquele vergonhoso do lucro, verdadeiras torres de Babel, onde se vê a soberba e a confusão, e que saem corajosamente para todo o Império a cada dia, não sei se mais para experimentar a constância, do que para cansar a excessiva bondade dos assinantes, cumprirão eles a santidade de seus deveres?

Invejas pueris, pessoais litígios, disputas insolentes de locais e materiais interesses não desagravam não, o escritor público de sua obrigação! Mas a pregação de princípios fecundos de verdades luminosas, e de profundas virtudes pode só fazer certo o consciencioso escritor de ter cumprido com a santidade de seus deveres.

Nós isto tentaremos fazer; mas livres e independentes como o Cidadão da verdadeira Republica. Queremos concorrer ao edifício Nacional com o nosso mui diminuto préstimo; porém sempre com aquele desenvolvimento de ação peculiar e próprio de cada individuo (*O Povo*, n.1, p. 1 e 2, grifo no original).

Assim, entendemos que já havia, na perspectiva de produção, a idealização do papel do bom *jornalista*, que corresponde em grande parte ao que se espera ainda na contemporaneidade: educador, incorruptível, desligado de interesses pessoais, livre, independente. Parece-nos que, naquele momento da imprensa, o meio de alcançar esse ideal era revelar, claramente, à qual verdade o escritor público estava engajado e jogar o julgamento final para as mãos do “leitor imparcial”, conclamado a tirar suas próprias conclusões (como aparece, nestas mesmas palavras, nas páginas 54, 234 e 524 do jornal, em sua versão fac-similada). Paradoxalmente, em outros momentos, a imparcialidade é apresentada como um valor da própria publicação, como ocorre na edição 124. Um leitor, que assina “Oriental”, escreve para a redação demonstrando surpresa pelo silêncio do periódico em relação à guerra declarada por Frutuoso Rivera, colorado, ao governo de Rosas, blanco, ao que a redação d’*O Povo* responde, publicando em seguida peças extraídas do *Nacional*, de Montevideú:

Satisfazendo ao nosso honrado cosmopolita, demos de asseverar-lhe que nosso silêncio acerca dos negócios de que trata provém de circunstâncias que gravitam ainda sobre a nobre causa que defendemos, e não do voto dos Rio-Grandenses, cujas simpatias em prol da Liberdade é fácil perceber para onde pendem. Desprezando, pois, a neutralidade a que nos votamos, com gosto vamos apresentar nas colunas de nosso jornal as peças de que faz menção o nosso correspondente para mostrar-lhe a imparcialidade que nos dirige na redação desta folha (*O Povo*, n. 124, p. 524).



A contradição: mesmo admitindo que seu silêncio era provocado por interesses do governo, o periódico declara-se neutro e imparcial. Confrontado entre os dois interesses, aqui o jornal fica com o leitor.

Já o papel da imprensa expresso n' *O Povo* é múltiplo. Ao lado do compromisso com as “verdades luminosas”, característico do ideal liberal proposto pelos farroupilhas, carregado pelos valores de *justiça, luzes e educação*, estavam: a apresentação de versões contraditórias aos fatos trazidos por outro jornal:

Pensava que estivéssemos ainda privados da imprensa e que por conseguinte não o poderíamos contradizer; porém enganou-se. Nós temos imprensa, e estamos habilitados para riscar todas as falsidades que ele se atrever a propagar; podemos lhe lançar no rosto todos os seus crimes (*O Povo*, n. 3, p. 11).

A denúncia:

Nunca a imprensa preenche com mais gloria os seus fins do que quando patenteia os atos de opressão e de violência que se faz pesar sobre os povos. Só a publicação de tais fatos poderá fazer recuar o governo e forçá-lo a uma política mais humana, mais justa, mais conforme a lei e a constituição (*O Povo*, n. 45, p. 182).

É o “eco” de opiniões que se espalham pela imprensa. Essas opiniões são realmente “ecos”, repercussões, reproduções distorcidas de determinados fatos ou posicionamentos políticos. Nesse sentido, observamos que carecia aos periódicos da primeira metade do século XIX a noção de limites éticos. Como exemplo, citamos a questão das denúncias que, sem apuração correta, manchavam reputações. O efeito dessa prática pode ser visto na edição 71, que desfaz uma acusação feita ao Sr. João Antonio Martins de participar de uma comissão criada no Estado Oriental para sustentar e dirigir uma quadrilha de salteadores na República:

[...] mas tais eram as evidências dos documentos que possuíamos, tais as cartas por Eliziário endereçadas a Carolina e a Penha, depois insertas no nº 62, que, com franqueza o dizemos, forçados fomos a apresentá-lo ao público como consócio da citada Comissão em desempenho da obrigação que como escritor havíamos contraído, particularmente em assunto tão delicado. Nossos pressentimentos em relação ao Sr. Martins realizou-se [sic], e com o mais vivo prazer nos apressamos a anunciar que ele nunca fez, nem fará parte daquela Comissão [...] (*O Povo*, n.71, p. 304).



Entendemos que uma das grandes diferenças entre a prática jornalística da primeira metade do século XIX e a da contemporaneidade está no desempenho do jornalista enquanto *apurador* dos fatos e *repórter*. No caso d'*O Povo*, os acontecimentos eram apresentados sem serem trabalhados jornalisticamente, ou seja: sem contextualização, sem títulos, sem lide, sem cortes, dando a entender que a maneira de ser objetivo e imparcial era reproduzir documentos na íntegra, seguidos (ou não) de comentários. Jornalismo confundia-se com espionagem, já que uma das maiores fontes de informações advinha de um expediente militar: a interceptação de correspondências do inimigo. Vale a pena comentar um fato curioso: ao publicar uma carta interceptada de Felipe Nery de Oliveira, oficial do exército imperial, a redação d'*O Povo* faz questão de esclarecer, dando sua “palavra de honra”, que a carta não havia sido interceptada “propinando-se ópio ao portador como o costuma praticar o imoral e indigno representante do Brasil em Montevideú, Pedro Chaveta” (*O Povo*, n. 63, p. 265).

O Povo traz em suas páginas argumentos de jornais e de cartas particulares de tendência liberal moderada, que não corroboram a insurgência, mas denunciam a incapacidade dos governantes designados pelo Império para apaziguar os conflitos políticos nas províncias. Um exemplo é essa carta particular que dá notícias das ações do Presidente João Carlos Pardal na Cidade do Desterro, em Santa Catarina:

Em vez de acalmar algumas ligeiras desavenças que encontrou, tem a elas dado vulto, tem-nas aumentado, até que se encostou num partido fortemente exagerado, que se inculca exclusivamente amigo da ordem e do trono, lançando sobre todos aqueles que cegamente não dizem amém aos atos governativos o anátema de farrapismo e inimigos da causa sagrada da legalidade (*O Povo*, n. 79, p. 335).

Percebe-se que o remetente não defende a causa republicana, apenas mostra-se insatisfeito com as atitudes do Império. Mesmo assim, o jornal toma esse depoimento para confirmar suas convicções na insurgência republicana. Assim, fica caracterizado o modo como os republicanos *tipificam*⁵ a novidade e as falas dissonantes, interpretando-as a partir da sua própria *província de significados*.

Já a relação com periódicos *caramurus* era crítica, jocosa e virulenta. Na edição 100, *O Povo* anuncia e ridiculariza o fim da publicação do Sete de Abril. Dá a informação sob o título “Necrologia” e faz analogias entre o jornal e um corpo humano:

⁵ As *tipificações* constituem as generalizações usadas na vida cotidiana como facilitadoras e simplificadoras do pensamento e das ações. São um acervo de conhecimento sedimentado cotidianamente através das experiências e do convívio social e que serve para viver e interpretar esse mundo Correia (2005).



Expirou ontem de manhã o Sete de Abril! Uma enfermidade consumptiva minava-lhe a existência desde [ilegível], no princípio deste perdeu o uso da palavra, tendo, havia muito, perdido o uso da razão, de que aliás nunca gozara integralmente. Os assinantes haviam se retirado um por um [...]. Na autópsia cadavérica, segundo se afirma, não se encontrou nem coração, nem entranhas, fato novo nos anais da anatomia humana! Apenas havia o órgão segregador do fel da calúnia, sustentando uma larga vesícula de bile negra e um estômago de dimensões enormes, de um desenvolvimento não visto, o que explica suficientemente certos fenômenos que apresentou durante a vida (*O Povo*, n. 100, p. 420).

Identifica e condena o fato de que esse jornal vivia do interesse que uma parte do público tem sobre “as impressões fortes e grotescas, os estrondos do escândalo, as emoções marcadas pela malignidade” (*O Povo*, n. 101, p. 424). Como referimos, a prática da calúnia e da difamação eram comuns no jornalismo da época:

O Sete de Abril viveu do escândalo e para o escândalo. O Ministro dominante do Gabinete de Setembro não reparou em pôr este meio no números das molas de sua política, Liberdade ilimitada para a imprensa!, clamava ele, todas as vezes que as vítimas do Sete de Abril se queixavam; o que queria significar em outros termos: em vez de carregar o odioso de uma legislação, aliás, impotente e ilusória, nós, Ministros da coroa, obrigados a oferecer todos os exemplos de justiça e moderação, preferimos mandar rasgar por escritores anônimos o véu sagrado da vida privada de quantos se opuserem às nossas medidas e censuram a nossa administração, cobri-los de doestos e torpes injúrias a fim de assim aterrar as almas menos firmes, que não tem coragem de arrostar a irrisão e a calúnia à face do público (*O Povo*, n. 101, p. 424).

Mesmo assim, de certa forma *O Povo* lamenta realmente o fim do opositor, pois “a imprensa ministerial na capital está reduzida a sua expressão mais simples, isto é, ao Jornal escrito pelo Redator do Correio Oficial” (*O Povo*, n. 101, p. 424), destacando a importância do embate para a circulação de ideias naquela época.

Para finalizar, destacamos um trecho d’*O Nacional*, de Montevideu, reproduzido pel’*O Povo*, que fala da falência da revolta armada frente o desafio de construir uma nova Nação, frente a paz, destacando a dificuldade em fazer emergir novos sentidos em uma sociedade:

[...] a glória militar e a sociabilidade proclamada, e derrubados os Vice Reis, ficaram os caudilhos, os ambiciosos, os gaúchos, homens todos que tinham pelejado por prazer, e em quem o sentimento de liberdade, e a independência não era o móvel soberano e exclusivo.

A anarquia foi a consequência, posto que a mudança só fosse nos nomes, e nos homens: sem amos estrangeiros, sem inimigos que combater, escapamo-nos em escravizar-nos a nos mesmos.



[...] Temo-nos declarado iguais perante a lei, e perante que lei?

Leis, costumes, tendências, tudo está em anarquia; se o espírito individual quiser lançar-se em um mundo que imagina melhor, o espírito social lhe cai, como uma atmosfera de ferro o oprime, e o destrói. Se o jugo das preocupações é demasiadamente pesado para alguns, o da opinião é contudo mais temível, porque encontra apoio no que forma a consciência, o gosto, a vida da sociedade. Assim o homem e a sociedade estão em luta declarada, o coração e a cabeça, o atraso e o progresso, os elementos todos da idade feudal, em que nos deixou a Espanha (*O Povo*, n. 29, p. 116).

A dificuldade de vencer a batalha simbólica do cotidiano, mesmo que precedida ou acompanhada de algumas vitórias armadas, também se fez presente na longínqua República Rio-Grandense, e foi detectada pelos líderes rebeldes. Nesse sentido, entendemos que *O Povo* apresentou-se como um *meio de comunicação*, um eminente *mediador de subjetividades*, tensionando, questionando e reforçando alguns dos significados partilhados na sociedade da época, incluindo no debate o tensionamento dos valores e das práticas jornalísticas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco das Neves. **Imprensa gaúcha: História, historiografia & política**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2000.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.
- BALZAC, Honoré. **Os jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos, MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone (Orgs.). **História e Imprensa – Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2006.
- BONES, Elmar e REVERBEL, Carlos. **Luiz Rossetti: O editor sem rosto e outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Copesul/L&PM, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Linguagem e discurso: Modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CORREIA, João Carlos. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Horizonte, 2005.
- FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.
- _____. **República Rio-Grandense: Realidade e utopia**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- HARTMANN, Ivar. **Aspectos da guerra dos farrapos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.
- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera (Orgs.). **Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. **Imprensa farroupilha**. Porto Alegre: IEL/Edipucrs, 1994.
- MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: Identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus,



2006.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. **A imprensa periódica no século XIX**. Rede da memória virtual brasileira. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/redememoria/periodico/xix.html>>. Acesso em 18 de abril de 2013.

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOULLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal – Da forma ao sentido**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos, MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone (Orgs.). **História e Imprensa – Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2006.

O POVO. Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Documentos interessantes para o estudo da grande revolução de 1835-1845**. Porto Alegre: Dep. de História Nacional, 1930.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.